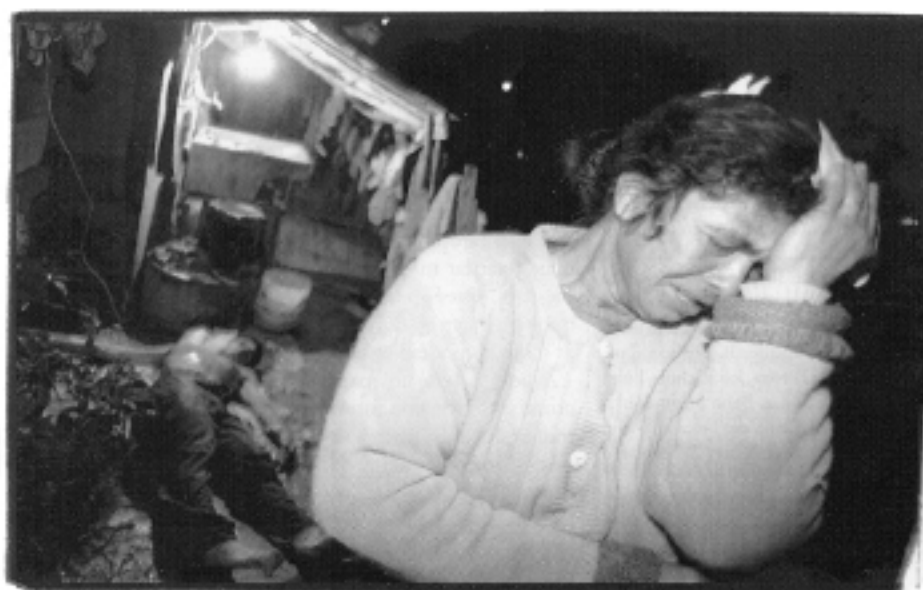




Por que tanto se mata na
periferia de São Paulo?

Homicídios

Bruno Paes Manso



Homicídios	03
Homicídios: o que a polícia pode fazer?	12
Como Nova York reduziu as armas ilegais	16



**Instituto Fernand Braudel de
Economia Mundial**

Associado à Fundação
Armando Alvares Penteado
Rua Ceará, 2 – 01243-010
São Paulo, SP – Brasil
Tel.: 11 3824-9633
e-mail: ifbe@braudel.org.br
www.braudel.org.br

Presidente honorário: Rubens Ricupero

Conselho Diretor: Francisco Gros (Presidente), Marcello Resende Allain (Vice-Presidente), Paulo Andreoli, Hélio de Lima Carvalho, José Luiz Pereira da Costa Dias, Eduardo Giannetti da Fonseca, Roberto Giannetti da Fonseca, Antônio Corrêa de Lacerda, Arnim Lore, Idel Metzger, Charles B. Neilson, Luís Carlos Bresser Pereira, John Schulz, Luiza Erundina de Sousa, Beno Suchodolski, Joaquim Elói Cirne de Toledo, David Thomas, Maarten Albert Waelkens e Paulo Yokota.

Diretor Executivo: Norman Gall

Coordenador: Nilson Oliveira

Patrocinadores:

ABN - Amro-Bank | Alston | Banco Icatu
Banco Lloyds | Bradesco | Brascan | Brasmotor
Editora Abril | Enron | Ericsson
General Electric Foundation | Itaú | Klabin
Natura | *O Estado de S. Paulo* | Pão de Açúcar
Philips | Pirelli | Safra - Projeto Cultural
Siemens | Souza Cruz | Voith | Votorantim
White Martins | Xerox

Braudel Papers é publicado pelo Instituto
Fernand Braudel de Economia Mundial

ISSN: 1981-6502

Editor: Norman Gall

Editores assistentes: João Teixeira da Costa
e Nilson Oliveira

Versão online: Emily Attarian

Layout por Emily Attarian

Copyright 2000 Instituto Fernand
Braudel de Economia Mundial

BRAUDEL PAPERS

03 Homicídios

(Bruno Paes Manso)

“Dois dias antes do Natal de 1999, três jovens mulheres, segundo a polícia envolvidas no tráfico de drogas, foram encontradas...”

04 Problemas de escala

07 Regras de Comportamento

09 Chacinas

10 Sociedade, Estado e violência

12 Homicídios: o que a polícia pode fazer? (José Vicente da Silva Filho)

“A culpa do grande número de homicídios é dos próprios mortos. Esta parece ser a conclusão de nossas autoridades ao tratar os...”

16 Como Nova York reduziu as armas ilegais (Louis Anemone)

“Armas de fogo são utilizadas em 59% dos homicídios em Nova York e 90% dos assassinatos em São Paulo. Uma estratégia de redução...”

Braudel Papers é uma publicação bimensal do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial com o especial apoio da **The Tinker Foundation**, **KM Distribuidora** e *O Estado de S. Paulo*

Por que tanto se mata na periferia de São Paulo?

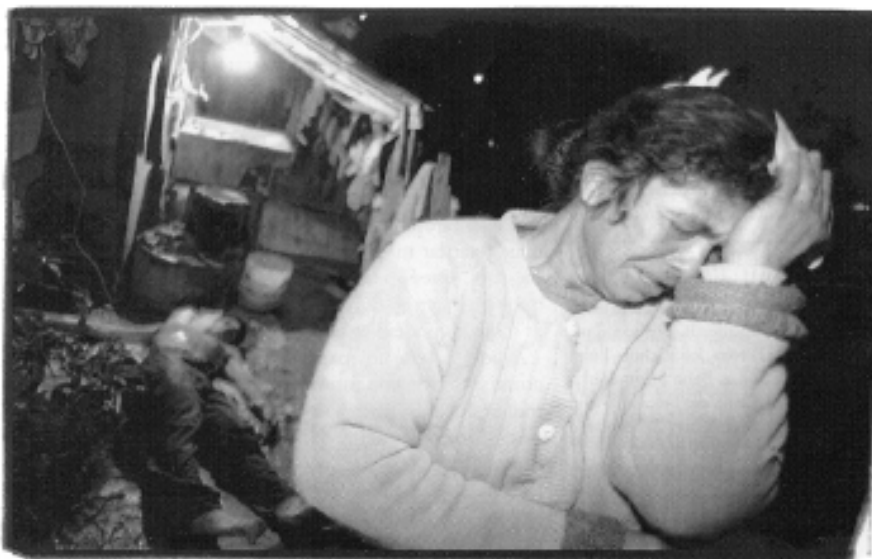
Homicídios

Bruno Paes Manso

Dois dias antes do Natal de 1999, três jovens mulheres, segundo a polícia envolvidas no tráfico de drogas, foram encontradas mortas às 4:30 da manhã no Jardim Herculano, uma favela no extremo da Zona Sul, num lixão chamado Vera Cruz, usado por assassinos para abandono de cadáveres. As três mulheres – Elena de Oliveira Franca (33), Fabiana dos Reis Brás (19) e Renata Aparecida Camargo (18) – estavam nuas e tinham hematomas nos seios. Segundo a polícia, as marcas foram provocadas por golpes de chave de roda e macaco de carro. Foram executadas, baleadas na nuca. Às 3h foram abordadas na frente da casa de Elena por três homens armados e encapuzados, que empurraram-nas para dentro de um carro. Familiares disseram que vinham recebendo ameaças desde a semana anterior e que os assassinos rondaram a casa quatro vezes no dia anterior à chacina. Dois carros foram encontrados abandonados a 1 km do “lixão”, ambos com placas frias, com as portas de um deles sujas de sangue. A polícia disse que um dos assassinos foi identificado, mas ninguém foi preso.

A epidemia de homicídios é um dos mais alarmantes problemas sociais. Em 1999, o total de assassinatos registrados na região da Grande São Paulo, com 17 milhões de habitantes, foi de 9.027. No município de São Paulo, capital do Estado e cerne da metrópole, com 10 milhões de habitantes houve 5.418 homicídios, contra 667 em Nova York, com 7 milhões de habitantes, onde a ação intensiva da polícia foi capaz de reduzir o número de homicídios de 2.246, no pico da epidemia do crack em 1990. O número de mortos em São Paulo em 1999 foi semelhante ao da guerra do Kosovo. Desde 1984, quando surgiram as primeiras estatísticas criminais

confiáveis, o número de assassinatos na Grande São Paulo explodiu 157%, enquanto a população cresceu apenas 29%. A maior parte desses 9.027 assassinatos



esteve ligada ao crescimento de outras formas de crime. Desde 1984, de acordo com estatísticas da polícia, roubos a mão armada cresceram 166%, e roubos de automóvel cresceram 253%. Os assassinatos na Grande São Paulo com vítimas infantis e juvenis ao longo de vários anos indicou que apenas 1,7% levou à condenação e prisão.

Por que tantos assassinatos na Grande São Paulo? O que pode ser feito para reduzi-los? O Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial tenta abordar estas questões com seu programa de pesquisa e debate público sobre violência e segurança pública. Esta é uma investigação preliminar buscando criar um referencial para futuras pesquisas. Para penetrar a realidade por trás dos números, mais de 300 casos de assassinatos ocorridos em 1999 na Zona Sul e Leste da cidade foram analisados. As duas regiões representam cerca de dois terços do total dos assassinatos na capital. Delegados, investigadores, cientistas políticos e moradores dessas regiões foram entrevistados. Meu entendimento foi reforçado por

Bruno Paes Manso, é jornalista e pesquisador do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.



uma série de entrevistas realizadas com 12 matadores da periferia de São Paulo, para matéria que escrevi sobre chacinas, publicada na Revista Veja (8 setembro 1999).

A ameaça à segurança pública na metrópole nasce da fraqueza do Estado, que permite uma anarquia onde as execuções proliferam. Nos 300 casos analisados, as histórias dos assassinatos na periferia são parecidas. Um sujeito está bebendo no bar, andando na rua ou dentro de casa quando é surpreendido por um ou mais assassinos, que chegam atirando para depois irem embora tranquilamente. Os motivos para os crimes podem ser os mais variados, muitos deles incrivelmente banais. Mas em um ponto grande parte deles coincide: a maioria das vítimas estava marcada para morrer. Foram executadas. Dos 143 casos de homicídio analisados pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – todos ocorridos na Zona Sul de São Paulo em 1995 – apenas 30% foram cometidos por uma só pessoa. Nos 70% restantes existiam de duas a dez pessoas envolvidas, o que sugere uma combinação prévia em boa parte dos casos.

A execução é uma modalidade de crime especialmente cruel. Dispensa o arrependimento por parte dos assassinos. Eles matam e também

apresentam justificativas. Helena, Fabiana e Renata, morreram porque quebraram as regras dos que matam. Durante as onze horas de conversas com os matadores das Zonas Sul, Norte, e Leste da Grande São Paulo, o que mais me surpreendeu foi a forma como eles garantiam que tinham matado apenas os que mereciam morrer. “Arrependimento só aparece quando se mata alguém inocente”, explicou Fumaça. Apesar de se negar a dizer quantos matou, concordou quando perguntado se nos últimos dez anos matou mais de 50. “Contando às vezes em que saí com outros, muito mais. Mas me orgulho de nunca ter matado nenhum inocente”.

A maior parte dos assassinatos ocorreu em bairros da periferia como o Jardim Míriam, bairro da Zona Sul, cujo pároco, o padre José Dillon, rezou durante 1999, 171 missas de Sétimo Dia. Delas, 26 para jovens que haviam sido assassinados. Qualquer um pode se tornar uma vítima: ladrões, traficantes, empregadas domésticas, crianças de colo, viciados, carpinteiros, esposas, entre tantos defuntos, cujas histórias ganham pouco destaque nos jornais. Um corpo coberto por lençol, amanhece no meio da rua. Para quem mora nesses bairros, os assassinatos chegam a virar uma espécie de rotina. Na Paróquia do Jardim Míriam o padre Dillon foi tirar o carro da garagem certa manhã. Quando abriu o portão, viu um cadáver estendido em frente a sua casa. Com pressa para sair, pensou num primeiro momento: “por que esse cara tinha que morrer bem na porta da minha casa? A polícia vai demorar horas para tirar o corpo e chegarei atrasado”. Ficou espantado com a sua própria reação. Havia se acostumado a ver cadáveres na rua.

Problemas de escala

A Grande São Paulo sofre de colossais problemas de escala. São Paulo cresceu de 31 mil habitantes em 1870 para 17 milhões, ocupando hoje 8 mil quilômetros quadrados, talvez a mais rápida taxa de crescimento urbano de longo prazo na experiência humana. A Grande São Paulo engloba 39 municípios.

Não se investiu o suficiente em recursos físicos e humanos para gerenciar seus problemas de escala. Há sinais de progresso, mas as instituições públicas da cidade são incipientes e precárias.

A taxa de homicídios na Grande São Paulo, 54 por 100.000 habitantes, é apenas a quarta maior das regiões metropolitanas do Brasil, atrás de Vitória (84), Recife (62), e Rio de Janeiro (59). Sua taxa de homicídios fica acima das grandes cidades americanas mais violentas, como Detroit (43), Nova

Orleans (49) e Washington (49), mas muito abaixo de cidades perturbadas em outras partes do mundo como Cali, Colômbia (91) e Joanesburgo, África do Sul (115).

Nas últimas décadas o crescimento de São Paulo estancou, com muitos bairros antigos perdendo população. As periferias da cidade, entretanto, continuaram registrando aumentos dramáticos. A Zona Sul de São Paulo já abriga mais de 3 milhões de pessoas, a mesma população de cidades como Miami ou Atlanta. No bairro de Capão Redondo, onde vivem hoje 200 mil pessoas, Maria de Fátima da Costa, uma professora nas escolas públicas, diz que “o aspecto visual está melhorando. Antes era horrível. Agora a gente tem lojas vendendo roupas de criança, flores e cosméticos. Temos até caixas eletrônicos. Não podemos permitir que nos chamem de bandidos e vagabundos porque a maioria das pessoas aqui trabalha duro e quer viver e educar seus filhos decentemente”.

Os moradores dos bairros privilegiados da cidade raramente vão à periferia. Quase toda a informação que recebem sobre essas áreas marginais vem do noticiário policial dos jornais e televisão. Eles não têm idéia do emaranhado de progresso e violência que vai sendo tecido nas vidas diárias dessas comunidades, como uma colcha de retalhos de casas modestas construídas em lotes regulares e favelas que surgem em áreas invadidas. Parece haver uma diferença nos níveis de violência entre os dois tipos de povoamento.

Essas comunidades surgem do nada e geram uma vida própria. Primeiro, os matos de terrenos invadidos são cortados. Em semanas, dezenas de barracos de madeira, papelão, plástico e sucata estão em pé em ruas mal traçadas. Nas novas artérias de tráfego, cheias de carros e ônibus, surgem fábricas de blocos de concreto e lojas de construção, vendendo portas, vasos sanitários e janelas, faturando com o crescimento da vizinhança, especialmente nos fins-de-semana quando os barracos são transformados em habitações mais sólidas das quais brotam antenas de TV. Esse progresso acelerou após o fim da inflação crônica em 1994, quando a estabilidade monetária aumentou o poder de compra dos pobres. Conforme as casas e ruas vão se estruturando, nascem os mercados, as padarias, os bares, as farmácias, os supermercados e agências de bancos, oficinas mecânicas, e as igrejas. A maioria das igrejas são instaladas em casas e lojas pequenas, pertencendo às várias seitas pentecostais. Mas algumas congregações constroem imensos tabernáculos brancos com milhares de lugares. A

infra-estrutura urbana, incorporando luz, água encanada, telefone e transporte, logo aparece. Ao longo de uma das principais artérias da Zona Sul está sendo construída uma linha de metrô de superfície.

Desconhecendo as milhares de mortes anônimas na periferia, os moradores de bairros privilegiados da classe média alta da Grande São Paulo são os que mais reclamam sobre os problemas de violência. No entanto essas áreas nobres da cidade têm baixíssima incidência de crime. Na maioria das grandes cidades do mundo taxas de crime metropolitanas escondem grandes variações entre bairros. O público presta mais atenção aos crimes notórios, como assassinatos de jovens mulheres motoristas nos sinais de trânsito, ou à matança num assalto a um bar de classe alta, ou ainda ao seqüestro seguido de morte do filho de oito anos de um dono de supermercado. Em São Paulo, muitos dos bairros privilegiados registraram menos de 10 homicídios em 1998, enquanto que nas comunidades da periferia ocorreram centenas.

É difícil explicar o surto de homicídios na Grande São Paulo sem mencionar a proliferação de armas de fogo na periferia. Elas são usadas em 90% dos casos. De acordo com o Ouvidor da Polícia de São Paulo, 94 mil armas de fogo legais caíram nas mãos de criminosos no últimos cinco anos, somando-se aos 1,5 milhão de armas circulando no mercado negro do estado, além das mais de 500 mil armas legalizadas. Isto representa uma arma para cada 17 cidadãos do estado de São Paulo.

Os pobres são as maiores vítimas da violência, mas seus problemas só vêm a tona em estatísticas chocantes. Muitos buscam refúgio na religião. Os religiosos muitas vezes seguem estereótipos de maneira intencional para que fique claro o grupo ao qual pertencem. Usam camisas sociais com o colarinho abotoado, evitam as gírias, falam na Bíblia, que carregam de cima para baixo. Outros evitam os bares, não bebem, não saem à noite, tem carteira de trabalho assinada. Acima de tudo buscam não correr o risco de serem confundidos com bandidos.

Apesar de viverem lado a lado com os outros habitantes, algumas vezes pertencendo à mesma família, os bandidos possuem diferenças marcantes. Falam gírias facilmente identificadas pelos moradores. “Sangue bom” ou “sangue ruim”, por exemplo, para dizer se alguém é ou não confiável, ir a uma “diligência” ou a uma “correria”, o que quer dizer participar de uma ação criminosa, “B.O.” ou “treta”, que significa problema arrumado por alguém, ou “cururu”, um modo de se referir a uma pessoa não muito esperta, são algumas delas. Quanto

mais carregada de gírias vêm uma frase, maiores as suspeitas de seu envolvimento com crime.

Outra particularidade é o fato dos assassinatos se concentrarem nos finais de semana. Em 1997-98, 40% dos homicídios em São Paulo ocorreram entre sexta e domingo. Mais de 180 boletins de homicídios registrados durante os finais de semana foram lidos para esse levantamento. No cemitério São Luís, na zona Sul, todos sábados e domingos os funcionários cavam com antecedência covas para os enterros das segundas.

O que torna os fins-de-semana tão violentos? À primeira vista, pode parecer que as festas, os bares e o álcool estimulam os desentendimentos entre os frequentadores que convivem nesses ambientes. Nos finais de semana, as pessoas saem mais de casa para se divertir. Muitos deles andam armados. As brigas e as mortes, conseqüentemente, aumentariam. Olhando mais de perto, percebe-se que a realidade é bem diferente.

Em São Mateus, na zona Leste, 71 homicídios foram registrados nos finais de semana entre agosto e outubro de 1999. A 8ª Seccional da Polícia Civil, que coordena todas as delegacias da área, separa todos os boletins de ocorrências feitos nos distritos durante esse período, com um pequeno resumo de cada caso. Do total de 71 boletins, 29 continham uma descrição narrando em maior detalhe como o crime aconteceu. Em 80% desses casos o assassino chegou em um bar, na rua, na casa de alguém ou numa festa, para encontrar e assassinar a vítima, que estava jurada de morte. Matou e foi embora, sem roubar nada.

Na Seccional de Santo Amaro o elevado número de execuções se repete. Durante o período entre 1º de outubro e 21 de novembro de 1999, foram registrados 105 casos de homicídios. Dos 31 boletins de ocorrência onde eram descritas as circunstâncias das mortes, 25 narravam casos de execuções. Os outros seis foram o resultado de latrocínio, bala perdida e briga em bar. No dia 7 de novembro um grupo de homens invadiu uma casa para se vingar do dono. Percebendo a entrada do bando e sabendo que estava sendo procurado, o rapaz pulou o muro e escapou pelo quintal. Para não perder a viagem, os assassinos mataram a mulher dele.

Uma desavença entre duas ou mais pessoas traz uma sentença fatal. Briga não resolve o problema. Podem passar dias, semanas ou meses. Não importa, a vítima deve pagar com a vida por ter desrespeitado alguém com o dedo no gatilho. Os finais de semana, quando todos estão nos bairros onde moram, são o

melhor momento para se localizar a caça. A vítima não morre no bar porque discutiu com alguém. Geralmente o bando recebe a informação de que o procurado está bebendo em determinado local e vai atrás para executá-lo.

Uma boa parte dos boletins de ocorrência analisados não permite que se descubra os motivos ou as circunstâncias dos crimes. Perto de 60% das mortes ocorrem entre as 20 e as 4 horas. O mais comum é o corpo amanhecer na rua, sem que ninguém saiba dizer como o crime ocorreu. 70% das mortes ocorrem no meio da rua, boa parte delas mal iluminadas, que ficam desertas durante a noite. As pessoas morrem cheias de balas, muitas delas na cabeça, sem que dinheiro ou carteira tenham sido levados.

Para aprofundar as histórias dos assassinatos, o segundo passo da investigação foi analisar os inquéritos das equipes da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil, o DHPP. Estes documentos contam com as informações dos boletins de ocorrência, acrescentando o trabalho dos delegados, investigadores, escrivães, da polícia técnica, do Instituto Médico Legal e os depoimentos das testemunhas arroladas ao longo da investigação. Foram lidos todos os 74 inquéritos da zona Sul da cidade, de assassinatos cometidos em 1999, cujas investigações ainda estavam em andamento. Depois, foram estudados mais 47 inquéritos de homicídios de 1999 da zona Leste da cidade. Dos 67 casos com informações sobre as circunstâncias das mortes, 61 foram claramente execuções.

As vezes é difícil distinguir entre matanças espontâneas e execuções planejadas. No entanto, tantas evidências em uma amostra significativa indicam que a morte por execução tem um papel chave nos crescentes índices de assassinato em São Paulo. Os dados dos inquéritos e boletins de ocorrência apontam para o fato. Os policiais e promotores reconhecem que o fuzilamento é o método mais comum. Os principais atores desse drama são homens jovens que impõem uma cultura da violência nas suas comunidades. Uma das principais razões apontadas por criminologistas nos Estados Unidos para explicar o declínio dos homicídios naquele país tem sido a redução no número de homens com idade entre 15 e 24 anos, graças à queda da natalidade nos anos 70 e 80. Uma redução da população nesta faixa etária também está ocorrendo na Grande São Paulo, mas a taxa de homicídios continua subindo. Em Diadema, o número de homens na faixa dos 15 aos 24 anos foi

constante no início dos anos 90 e vem caindo desde 1996, mas a taxa de homicídios subiu de 75 por 100.000 habitantes em 1995 para astronômicos 108 por 100.000 em 1998.

Segundo dados do Núcleo de Estudos da Violência da USP, em 88% dos casos, vítimas e assassinos se conheciam. Para piorar, a prática de executar desafetos por motivos diversos coloca combustível na fogueira que faz os homicídios crescerem nas periferias, num círculo vicioso. Quanto mais se mata, mais pessoas são marcadas para morrer. “Conheci um pessoal na minha vila, a gente jogava no mesmo time de futebol”, contou Wolverini, matador que entrevistei para a Revista Veja, sobre chacinas. “Os caras iam para as ‘diligências’ (nome dado a caçadas de pessoas juradas para morrer), eu sempre ficava. Daí morreu um amigo nosso. Fazia segurança em escola. Tinha uns pilantras que mataram o cara. A gente foi para cima. Foi minha primeira vez. Depois dessa, não parou mais. Sabia que tinha gente querendo me matar. Sempre surge uma nova. Nunca acaba”.

Regras de Comportamento

As regras dos grupos que matam são semelhantes às encontradas em presídios e delegacias lotadas ou em instituições de menores infratores, como a Febem de São Paulo. A honra é vista como principal patrimônio que o sujeito tem. O traficante que vende drogas e não mata o devedor acredita ficar mal visto entre os companheiros. “Caso eu não mate, todo mundo vai achar que eu sou laranja e que para mim pode ficar devendo porque eu não cobro”, conta um detento do Carandiru em São Paulo, maior presídio do país, em depoimento ao livro Estação Carandiru, do médico Drauzio Varella. Para continuar sendo respeitado no meio, caso seja alvo de humilhação na frente dos outros, é normal que lave a sua honra com sangue. Na rebelião da Unidade da Febem Imigrantes, em Outubro de 1999, o jovem Fábio Antônio de Castro chocou o país pela frieza com que contava ter assassinado um colega, queimando a cara do garoto com um maçarico, para depois cortar a cabeça e as pernas com uma machadinha. Segundo o assassino, a vítima o ameaçava de “virar mulher dele”. “Não estou arrependido. Ele merecia morrer e se tiver que fazer de novo eu faço”, contava aos repórteres. Segundo Castro, o menor era também informante dos monitores. “Ele ainda vivia mexendo com as irmãs e namoradas dos outros nos dias de visita”, justificou. “Ele implorou para não morrer, mas

comigo não tem piedade”.

Como na vida atrás das grades, ser homem e jovem na periferia exige que se leve uma vida pisando em ovos. Todo cuidado é pouco para não invadir o espaço de alguém que acredita que matar é a melhor maneira de se resolver problemas. Quando isso acontece é difícil escapar, porque os matadores pegam as vítimas desprevenidas. A postura para sobreviver todos sabem de cor. É preciso ser “sangue bom”. Um rapaz “sangue bom” é aquele cara humilde, que não quer ser melhor do que ninguém. Leva a vida sem atrapalhar a dos outros. Em um mundo violento e repleto de gente querendo passar o outro para trás, todos precisam ter o direito de levar a vida sem ser atrapalhado por ninguém.

“Valente aqui não tem vez”, explica Ceará, outro matador. “O homem tem que ter humildade de respeitar o outro. Se tem um cara ali que tem coragem, existem dez do lado dele que tem coragem também. Cara que dá uma de valente morre. Fala demais, mas a mesma bala que mata um safado mata um valente. Um Zé Ninguém mata o valente.”

As cúpulas das organizações criminosas brasileiras ficam distantes das periferias das cidades, mas é nestas regiões que mora a mão-de-obra barata e desqualificada que trabalha para elas. São ladrões de carga, de carros, de bancos, traficantes de drogas, que também agem em crimes autônomos, sem uma estrutura empresarial por trás, como assaltos a mão armada, roubo a residências e seqüestros relâmpago. Trabalham de acordo com as oportunidades que aparecem. “É como o feirante que trabalha com frutas diferentes em cada estação do ano. Época de melancia, se trabalha com melancia. De laranja, com laranja”, explica Paulista, matador ligado à receptação de mercadorias. “Dependendo da época, conforme a polícia esteja em cima ou existam mercadorias dando sopa, é melhor roubar cargas, intermediar venda de armas ou seqüestrar em caixa eletrônico”. De modo geral, atuando como parte da grande massa de criminosos desqualificados do crime organizado, trabalham em grupos pequenos, pouco estruturados e muitas vezes sem ter a dimensão dos caminhos que seguem as mercadorias com que trabalham. Não respondem a chefes ou líderes, arrumam os serviços na base dos contatos com os parceiros, fazendo os serviços isolados conforme apareçam os pedidos. Tomam decisões por conta própria e, como dispõem de uma ampla rede de contatos, muitos problemas também aparecem.

“Um Zé Ninguém mata o valente”

Segundo a Polícia Civil, 99% dos homicídios são cometidos por homens. Números levantados pela 6ª Seccional de Polícia, sobre os homicídios na região de Santo Amaro entre janeiro de 1998 e maio de 1999, mostraram que um em cada três autores já havia matado antes. Quase a metade tem passagens na polícia por crimes variados, como assalto a mão armada, receptação de mercadoria roubada, tráfico de drogas, entre outros crimes. O que não quer dizer que a outra metade seja de gente honesta, pois a ficha criminal passa a ser compilada apenas depois dos 18 anos de idade e 40% deles têm menos de 23 anos. Muitos assassinatos não são investigados. Não é possível estimar quantos deles cometeram crimes como adultos.

De uma forma geral, os autores dos assassinatos podem ser classificados em três categorias. Os primeiros são os justiceiros, especializados em matar, que começam matando para limpar o bairro dos marginais das vizinhanças e que com a fama chegam a atrair “encomendas” de outros bairros. Os segundos são os assaltantes, ligados ao crime organizado ou autônomos, que matam entre si e a outros fora do grupo quando se sentem ameaçados. E finalmente os traficantes, que executam principalmente viciados que lhes devem dinheiro, mas que também matam pela disputa de pontos de venda de drogas.

Claro que o universo dos que matam é muito mais amplo do que essas três categorias. A polícia matou 438 civis no estado de São Paulo em 1999. Como comparação, houve 19 mortes de civis nas mãos da polícia de Nova York, inclusive a de Amadeu Diallo, que provocou grande indignação do público. Muitos civis em São Paulo matam em auto-defesa ou em defesa de terceiros. A relevância das três categorias é que são seus membros que fazem do assassinato uma maneira de ganhar a vida e acabam matando como forma de se resolver problemas por menores que sejam. Alguns são mortos por acidente quando os justiceiros recebem informação errada ou incompleta.

Boa parte das drogas que chega ao Brasil vai parar nas favelas. Em São Paulo, nas periferias, segundo investigações do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil, os traficantes estão divididos entre os médios e pequenos, com hierarquias próprias, e micros, chamados de “formiguinhas”. Os médios e pequenos são os mais numerosos e os que mais matam. Os pequenos têm olheiros, “aviões” (pessoas que transportam as drogas) e gerentes de território delimitado. Os micros são mais desorganizados,

guardam a mercadoria em casa e muitas vezes passam a vender para sustentar o vício. Apesar das guerras de traficantes serem violentas, o maior número de casos envolve execuções de consumidores de droga. Nesses casos, pode-se contratar policiais desonestos ou justiceiros, ou usar o pessoal que trabalha na boca do tráfico. Os viciados são assassinados porque deviam ao traficante ou porque realizavam pequenos furtos na região onde moravam.

Os crimes e a impunidade permanecem, e tornam-se cada vez mais comuns. De acordo com esse código, matar devedores vira uma prática normal. Um dos entrevistados, um matador conhecido por Flamarion, por exemplo, tentava explicar porque pretendia matar uma pessoa em poucos dias: “Meu sobrinho estava na moto e um rapaz veio intimando, perguntando se ele era parente meu e tal. O garoto disse que era e o cara foi desacreditando, faltando com o respeito. Não pode, desacreditou, vai morrer”.

De acordo com o Núcleo de Estudos da Violência, 15% dos casos de assassinatos envolviam brigas por mulher ou brigas de casal. Mesmo havendo razões pessoais, o procedimento usado parece ser também a execução. O balconista João Antônio, de 38 anos, que trabalhava em um mercadinho da Zona Sul, morreu por motivos passionais. Ele deixou a família na Paraíba para tentar a sorte em São Paulo. Com o emprego que conseguiu no mercado, alugou uma casa nos fundos do terreno de uma senhora com uma filha bonita. A moça tinha três filhos e estava separada havia pouco tempo do antigo amásio, um homem ciumento que trabalhava como manobrista em um restaurante e que, segundo a ex-mulher, também era envolvido com negócios suspeitos. O moço soube por vizinhos do romance do novo casal e dizia para a moça que “o mundo iria ficar pequeno para ele e Antônio”. Preocupada, tentava de todas as formas dizer para o amante dos riscos que ele corria. Mas o rapaz dizia a ela que não esquentasse a cabeça. “Tinha acabado de chegar do Norte. Era cuca fresca”, explicou a mulher. No dia 12 de setembro, quando Antônio abria as portas de ferro do mercado, às 7 horas da manhã, o sujeito lhe encheu de tiros.

Homicídios durante roubos representam apenas 5% do total, mas geram muito medo e publicidade. O perigo deste tipo de roubo aumenta com os roubos de ônibus, que se tornaram uma maneira comum para viciados conseguirem dinheiro para comprar crack. Os ônibus são chamados de “Banco 24 Horas”. Em 1999 foram 10.698 assaltos a ônibus, ou um a cada

Crimes e impunidade cada vez mais comuns

hora. A cada dois ou três meses ocorre um episódio como aquele das 5:10 da manhã da sexta-feira 18 de fevereiro de 2000, quando Agnaldo Vieira, um motorista de ônibus de 38 anos, foi assassinado tentando passar o ponto perto da Favela da Juta, onde vários assaltos tinham acontecido e ele tinha sido alertado de que bandidos estariam esperando para abordar o veículo. Vieira conduzia um ônibus que havia sido assaltado dois meses antes na mesma hora e local. Na manhã da sua morte o ônibus de Vieira estava cheio de passageiros, incluindo outros motoristas, indo para o trabalho, assim como um bandido que mandou Vieira parar o ônibus para que os outros membros da sua gangue pudessem embarcar. Com o ônibus ainda em movimento, Vieira levou dois tiros no estômago e um na cabeça, morrendo instantaneamente enquanto o ônibus batia em dois postes de eletricidade. Alguns passageiros tentaram fugir pela porta traseira ou pelas janelas enquanto outros se jogaram no chão. “Vamos matar todos eles”, gritou um dos bandidos enquanto começavam a atirar nas pessoas deitadas no chão, ferindo quatro delas. Mesmo depois da colisão eles continuaram atirando. Imediatamente após o assassinato, mil motoristas de ônibus de Santo André iniciaram uma greve de protesto contra a onda de roubos, deixando um milhão de pessoas pobres sem transporte coletivo. A família de Vieira falou que o motorista de ônibus pode ter sido executado porque deu testemunho à polícia num assalto anterior.

Chacinas

As chacinas representaram menos de 4% do total de homicídios em São Paulo em 1999. No entanto, o noticiário chocante gerado pelas chacinas contribui desproporcionalmente para o clima de violência na cidade. O traço mais marcante das chacinas é que entre as pessoas atacadas existe sempre pelo menos uma pessoa jurada de morte.

Caso o procurado tenha companhia na hora em que é

encontrado, pode morrer mais gente. A maior chacina da história de São Paulo aconteceu em junho de 1998, na cidade de Francisco Morato, região metropolitana de São Paulo. Doze pessoas morreram e três tiveram a sorte de sobreviver a mais de uma centena de tiros dados em um bar de 12 metros quadrados. Quando a polícia iniciou as investigações, encontrar o alvo certo entre as 15 pessoas foi um desafio. Cinco poderiam ter sido o alvo. O dono do bar era um ladrão de carros que havia matado o comparsa dois dias antes. Pais e irmãos da vítima poderiam estar atrás dele por vingança. A namorada do dono do bar havia sido garota de programa e chantageou um importante político da cidade. Para complicar, dois traficantes vendiam drogas no local durante a noite do crime. Traficantes e viciados são sempre os primeiros suspeitos quando um assassinato acontece. Mas não foram eles o motivo das mortes naquela noite.

A jurada era Evelyn, uma jovem de 18 anos, que havia sido testemunha do homicídio de seu namorado quatro meses antes. A menina enfrentou o medo e começava a colaborar com a polícia. Era ela que os assassinos procuravam. Os dois acusados, que pertenciam à Polícia Militar, decidiram matar a todos para não correrem os mesmos riscos que enfrentaram por ter deixado Evelyn viva quando mataram o namorado dela. Medo de ficar mais tempo na cadeia por matar tanta gente, eles não tinham. A sensação de impunidade era tanta que os dois possuíam uma empresa de segurança, onde trabalhavam nas horas vagas, chamada “Os Intocáveis”. Na noite de 17 de junho de 1998, data do aniversário de Evelyn, ela chamou algumas amigas para comemorar seus 18 anos. A seleção brasileira também acabara de ganhar um jogo na Copa do Mundo, o que havia levado um grupo a “bebemorar”. Sem piedade, sobrou para todos: traficantes, ladrão de carro, testemunha, chantagista, motorista de ônibus, cobrador, metalúrgico, carteiro, empregada doméstica e desempregados. Uma dúzia de cadáveres, cujas vidas, na cabeça dos Intocáveis, valiam menos do que o risco de serem levados à justiça.

Os bandidos que realizam as chacinas não são necessariamente chacineiros, ou seja, pessoas especializadas em homicídios múltiplos. As chacinas muitas vezes acontecem por uma eventualidade. Caso o procurado esteja acompanhado e os autores corram o risco de serem denunciados, morre todo mundo.

Na entrevista realizada com os matadores, eles explicaram que não saem para matar com a idéia de fazer uma chacina, mas às vezes acaba sendo inevitável. “Quanto menos gente morrer, melhor.



O problema é que, às vezes, a gente está desprevenido, cantam a fita de que o sujeito que procuramos está em tal lugar, vamos sem máscara e tem que morrer todo mundo”, explicou Flamarion. Tamanha frieza para matar desconhecidos também possui uma justificativa. “Está na madrugada, bebendo com gente ruim, coisa boa também não deve ser. Além do mais, pode ser amigo ou parente do falecido, que tentaria se vingar depois”.

Neste ambiente de violência existem também os casos de puro sadismo e crueldade, onde os matadores executam a vítima e seus parentes para que a vingança seja completa. Até crianças de colo são vítimas frequentes. As quatro chacinas consecutivas registradas em dezembro do 1999 são exemplos deste caso.

Dezoito pessoas morreram ao longo de quatro dias, em consequência da disputa pela liderança de pontos

de tráfico em favelas da região Sudeste da cidade. Um traficante da favela Heliópolis queria dominar o ponto de tráfico da favela do Paraguai, na Vila Prudente. A polícia desconfiou que os casos estavam interligados porque todas as vítimas foram amarradas com o mesmo material. Como o traficante fugiu da área, o concorrente matou os parentes dele. Pelo menos quatro foram mortos, entre velhos e crianças, num total de 18 vítimas.

Casos com mais de duas mortes existem em São Paulo desde a década de 80, mas faz apenas seis anos que as chacinas começaram a chamar a atenção da opinião pública. A partir de 1994, a imprensa passou a noticiar um número crescente de assassinatos múltiplos que passaram a ser contabilizados pela polícia do estado. Para dar uma satisfação à opinião pública, em 1995, foi criada uma divisão encarregada de investigar de perto as causas das chacinas. As chacinas ganhariam a atenção especial da polícia. Nos dados levantados pelo Departamento de Homicídios ao longo dos anos, os motivos apontados pelos delegados como causas das chacinas estão subdivididos entre entorpecentes, vingança, desentendimento, passional, latrocínio, acerto de contas, eliminação de testemunhas, justiceiros, partilha de roubo, dívidas

financeiras, partilha de bens e indeterminados. Na verdade, são as mesmas motivações que levam aos homicídios simples. Da mesma forma, é grande a semelhança entre as vítimas. Tanto nas chacinas como nos homicídios individuais, a maioria das vítimas tem idade entre 18 e 26 anos, sem antecedentes criminais, com primeiro grau incompleto, que morrem durante a madrugada, nas ruas, em bares ou dentro de casa. Parte deles usava drogas ou tinha envolvimento com quadrilhas. No caso dos autores, as coincidências se repetem. São homens, que usam principalmente pistolas 380 e calibre 38

para realizarem seus crimes, muitos são viciados em drogas e reincidentes no mundo do crime.

Nem a polícia nem o governo tomou uma atitude clara com relação ao crescente número de chacinas. No entanto, está claro que a epidemia de assassinatos está ligada à prática de

jujar pessoas de morte. Em 1994, foram 34 chacinas, com 134 mortes. Em 1999, 306 pessoas morreram em 88 chacinas.

No início de 2000 a frequência de chacinas se acelerou de uma a cada cinco dias para uma a cada 3 dias. Em fevereiro, depois de quatro chacinas que mataram 23 pessoas em um período de dois meses na favela Paraguai, em Vila Prudente, os moradores foram forçados a fugir de seus barracos, aterrorizados por ligações anônimas para o telefone comunitário dizendo que todos que ficassem seriam mortos e teriam seus barracos incendiados. Alguns colocaram seus pertences em carroças ou pick-ups para ir morar com parentes, mas outros não têm para onde ir. Mulheres e crianças se refugiaram em uma igreja pentecostal, onde outras famílias guardaram sua mobília. “Algumas pessoas estão procurando pontes embaixo das quais possam construir abrigos,” disse uma pessoa que ficou na favela. “Um dos telefonemas dizia que eles não poupariam nem as crianças, mas o que eu posso fazer?”

Sociedade, Estado e violência

A sociedade brasileira não pode aceitar a impotência e deixar de enfrentar o crescimento da



violência. Do contrário, teremos uma desorganização ainda mais profunda da sociedade em todos os níveis. A negligência dos governos nos níveis federal, estadual e municipal em lidar com a violência tem sido escandalosa, especialmente na periferia das grandes cidades. Mas o governo só pode ser levado a uma ação mais efetiva se a sociedade pedir, buscar e inventar soluções eficazes. As camadas mais poderosas da sociedade civil, líderes empresariais e profissionais liberais, não assumiram este compromisso.

Reduzir homicídios significa reforçar as instituições públicas. Por essa razão, o Estado precisa assumir responsabilidade pelas periferias. Na Grande São Paulo, enquanto a infraestrutura física avança, a infraestrutura social praticamente inexistente. Não existe uma fórmula mágica para lidar com processos tão dinâmicos e complexos como a escalada da violência nas últimas décadas. A redução dos homicídios requer muitos tipos de iniciativas, aplicadas com persistência no longo prazo, que só podem ser ativadas e perseguidas quando a comunidade rejeitar os baixos níveis de segurança pública de hoje.

A série de ações necessárias para conter a violência demanda um nível de vontade política nunca antes visto no lidar com os imensos problemas de São Paulo. Uma área chave é educação. As estatísticas da polícia indicam que as vítimas e os assassinos têm em comum a falta de estudos. Do lado dos que morrem, apenas 2% haviam chegado ao segundo grau na escola. O restante era formado por analfabetos e pessoas com o primeiro grau incompleto. Entre os autores do crime, apenas 10% chegaram ao segundo grau. O governo divulga que 95% das crianças com idade escolar estão frequentando a escola. Observando a situação das mortes na periferia, percebe-se que esses 5% do lado de fora fazem muita diferença.

Os pais reclamam que as aulas em apenas um turno dão aos meninos pouco estudo e muito tempo livre. É a oportunidade que têm para entrar em contato com o que as mães denominam de “amizades erradas”. Durante os inquéritos, a explicação para a entrada no mundo do crime é sempre a mesma: as más companhias da criança quando não estão fazendo nada. O trabalho infantil, criticado pelo governo americano e por consequência também pelo governo do Brasil, nas periferias é visto com orgulho. Estudar de manhã e trabalhar à tarde é um bom caminho para uma vida digna e longe dos bandidos.

Programas especiais poderiam ser desenvolvidos para levar o dia escolar de, digamos, quatro para seis horas e para subsidiar empregos de tempo parcial para adolescentes.

Investimento público na infra-estrutura social da periferia – em bibliotecas, playgrounds, creches, equipamentos esportivos, no prolongamento dos turnos escolares e em oportunidades profissionais para adolescentes – criaria empregos nessas comunidades e traria uma melhora nas qualificações de seus habitantes. Em toda a zona Sul do município de São Paulo, com seus 2 milhões de habitantes, só existe uma biblioteca pública, que fecha às 18 horas. “Um dos meus sonhos é uma biblioteca pública aberta até as 22 horas”, diz uma professora primária. “Talvez aqueles que não estão na escola usem a biblioteca mais do que os formalmente matriculados. Aqueles com idade entre 40 e 50 anos não têm pontos de encontro ou opções de lazer. Agora só tem bares, onde sempre sai confusão”. Na favela de Heliópolis, onde acontecem muitas chacinas e a polícia não patrulha, só existem uma escola e um posto de polícia para servir 80.000 pessoas.

Junto a um policiamento mais intensivo, inteligente e humano, investimento público em infraestrutura social poderia reduzir a violência e acelerar a organização dessas comunidades. As quadrilhas ainda são pouco estruturadas em São Paulo. Existe ainda uma oportunidade para que os governantes ofereçam as benfeitorias que as comunidades da periferia desejam, antes que o crime organizado o faça. Recrutar as mães desses bairros pode ser um excelente caminho para encorajar as crianças a levar uma vida decente. As mães são as líderes, as primeiras a se engajar nos projetos comunitários. Mas não podem fazer tudo sozinhas.

A imensa escala de São Paulo é um desafio à governança eficaz. Não há cooperação entre o governo do estado e autoridades locais nos 39 municípios da Grande São Paulo. Não existe uma autoridade metropolitana para lidar com os problemas de escala peculiares a uma megalópole. Não existe apoio do governo para grupos cívicos com o desejo e a capacidade de lidar com problemas locais.

Foram listados aqui alguns exemplos de ações necessárias para enfrentar a natureza ampla do desafio. O que está faltando é a convicção de que algo pode ser feito para reduzir a violência, como outras cidades conseguiram fazê-lo, e a vontade política de buscar soluções.

2. Homicídios: o que a polícia pode fazer?

José Vicente da Silva Filho

A culpa do grande número de homicídios é dos próprios mortos. Esta parece ser a conclusão de nossas autoridades ao tratar os homicídios como uma rotina estatística vinculada a problemas de pobreza, conflitos por motivos banais, tráfico de entorpecentes ou a disputas entre grupos rivais.

Reduzir substancialmente os homicídios deve ser a prioridade número um da polícia – e dos governos – nos locais onde esse problema é grave. Esse é um dos mais agudos problemas da sociedade e é, portanto, uma das mais sérias responsabilidades de qualquer governo e de sua polícia. Qualquer localidade que registre 3 homicídios ao ano por 10 mil habitantes estará entrando em fase grave de violência, acima de 5 já está em situação gravíssima (como é o caso das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e parte do entorno de Brasília) e acima de 7 está em fase crítica de perda de controle (caso de uma dezena de municípios do Estado de São Paulo e das regiões metropolitanas de Vitória e Recife). Não se pode mais retardar iniciativas de redução desse sofrimento social, porque é problema que tem causas e circunstâncias que favorecem ou dificultam sua ocorrência e, portanto, as soluções podem ser encontradas.

A polícia tem um papel significativo na prevenção criminal, ainda que autoridades prefiram debitar quase toda responsabilidade a outras intervenções sociais, sob o argumento derrotista de que a polícia não controla as causas do crime e, conseqüentemente, pouco pode fazer. Polícia realmente não controla as causas dos crimes. Ela existe justamente porque outros fatores psicológicos, morais e sociais podem falhar ao lidar com as causas. Não se pode ficar esperando a reversão da atual iniquidade social ou os incertos resultados de outras medidas governamentais e sociais. Não há outra alternativa senão exigir da polícia rigoroso e urgente ajustamento para atender as demandas

de prevenção da violência, principalmente a letal, com a máxima eficácia possível, numa velocidade que só ela pode oferecer.

Bases de um programa de redução de homicídios

A polícia tem insistido em erros que reduzem sua capacidade de prevenir e reduzir os homicídios: trata esse crime como qualquer outro, sem dar o realce que o problema merece; investe menos recursos humanos do que poderia nas áreas críticas; raramente coloca os melhores policiais nas áreas mais problemáticas, privilegiando burocracias e serviços especializados; não prepara quadros competentes de investigação; não planeja em detalhe suas ações, atribuindo responsabilidades e acompanhando rigidamente seu desempenho; sonega a abundante motivação que deveriam ter os policiais que atuam nas periferias.

A polícia precisa acreditar que deve e pode reduzir e prevenir homicídios. Quando o local onde atua excede os limites da normalidade, em termos de violência, ela também deve sair da normalidade de sua rotina.

Não pretendemos elaborar uma cartilha de prescrições mas expor um conjunto de sugestões para estimular reflexões que permitam às polícias elaborar soluções de acordo com suas realidades locais e suas possibilidades de recursos humanos, materiais, tecnológicos e gerenciais. Eis aqui os fundamentos do programa:

1. Programa específico para os homicídios

A adoção de um programa específico pela cúpula da polícia é necessária para dar foco ao problema, destacá-lo dentre outras ações de menor prioridade, direcionar recursos e operações e avaliar seu desempenho.

Este programa deve estabelecer objetivos claros, sintetizar o diagnóstico crítico do problema,

A culpa não é dos mortos

definir áreas prioritárias e a distribuição dos recursos necessários, estabelecer as formas de atuação conjugada das polícias civil e militar e os peritos criminais, definir as diretrizes operacionais que orientem as decisões locais, prever os apoios das unidades especializadas, estabelecer normas e orientações para a interação com as comunidades e definir parâmetros de avaliação de desempenho.

Este programa, deve ser vigorosamente implantado através de mudanças marcantes (como um grande e imediato deslocamento de recursos humanos para as áreas críticas), rejeitar claramente resistências e mau desempenho e deve ser acompanhado por um grupo de coordenação, especialmente designado para esse fim, no gabinete do Secretário da Segurança. Seria importante a definição da filosofia desse programa através de duas idéias-força: 1) “o homicídio, qualquer um, é o fato mais importante para a polícia” e 2) “o maior desafio a ser vencido pela polícia hoje é a redução dos homicídios”.

2. Definir prioridades e recursos

A análise da distribuição dos homicídios deve ser feita para a área de cada distrito policial. Levantamento dos homicídios e do movimento policial em geral também deve ser feito por área de seccional de polícia (que abrange um conjunto de distritos). Verificar os recursos existentes e necessários de investigação (incluindo viaturas descaracterizadas) e de policiamento ostensivo. Alocar os recursos necessários para o policiamento ostensivo e para a investigação imediata dos homicídios ocorridos, pelos policiais civis dos distritos policiais. Os distritos da Capital têm uma média de um homicídio por semana, o que deve determinar a constituição de uma equipe de investigação compatível para esclarecer e prender os autores. Incidências mais elevadas devem resultar em equipes proporcionais, como é o caso do 100º DP onde a média é de 3,6 homicídios por semana.

As equipes dos distritos de maior movimento devem receber reforço compatível para não

prejudicar a investigação de homicídios, como é o caso do 37º DP, onde ocorrem 2,9 casos em média por semana, além de um elevado movimento de outras ocorrências criminais (em torno de 90 casos por semana). As cidades de grande incidência de homicídios devem também receber recursos, principalmente de investigação, compatíveis. Nessas cidades, delegados com funções de menor prioridade, como proteção à mulher ou à criança, poderiam ser treinados pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) para o exercício cumulativo de coordenação das investigações de homicídio.

3. Definir responsabilidades

Atualmente na Grande São Paulo, os distritos policiais cuidam dos homicídios de autoria conhecida e passam os demais casos para o Departamento de Homicídios, que está sobrecarregado de investigações (algumas equipes estão cuidando de 60 a 80 casos). Existem alguns equívocos nesses procedimentos que devem ser reparados para aumentar a taxa de esclarecimentos e prisões e reduzir a incidência dos homicídios. Os distritos devem

ter pequenas unidades de investigação de homicídios, mesmo os de autoria desconhecida. Em cada equipe de plantão deve haver pelo menos um investigador treinado pelo DHPP para comparecer imediatamente ao local de crime e fazer o levantamento técnico básico, além de



coletar dados de testemunhas e suas informações essenciais; esse investigador deve portar também planilha padrão, tipo escolha forçada, para levantar características dos suspeitos, veículos, armas e modus operandi da ação, sob orientação do delegado de serviço. Nos locais de encontro de cadáver deve haver imediato deslocamento de um sargento supervisor do policiamento ostensivo local, treinado em preservação de local de crime e coleta de indícios de autoria para cooperar com a equipe de investigação. Nas seccionais de maior concentração de distritos com alta incidência de homicídios deve haver uma unidade especializada

em investigação desses crimes para apoiar a investigação dos distritos, cuidar dos casos de maior gravidade (principalmente “chacinas” e matadores contumazes) e dos autores identificados que atuam em vários distritos da área, além de contar com recursos básicos de perícia técnica. Ao DHPP deve caber: o treinamento dos policiais encarregados de investigação de homicídios nas unidades territoriais, assistência técnica e acompanhamento das investigações em andamento, investigação dos casos insolúveis das unidades territoriais, mesmo antigos mas que ainda ofereçam indícios mínimos, e dos autores identificados mas de difícil localização. A descentralização da investigação de homicídios é necessária porque os autores dos homicídios costumam ter vinculação com a área e com outros crimes da região.

4. Apreensão de armas de fogo

Cerca de 90% dos homicídios são cometidos com o uso de armas de fogo, a maioria em situação irregular. A polícia deve se preocupar mais com o portador do que com a arma ilegal que esteja portando, principalmente se há suspeita de que a esteja usando para o cometimento de crimes. Não se trata de meramente desarmar as pessoas, até porque a reposição das armas, principalmente pelos criminosos, é relativamente fácil.

O papel da PM. O policiamento ostensivo, nas áreas de altos índices de crimes violentos, principalmente homicídios, deve ser proporcionalmente intenso. A revista de veículos e das pessoas, principalmente junto aos bares, pontos de encontros de delinquentes, proximidades de pontos suspeitos de venda de entorpecentes, deve ser constante. Bloqueios nos principais pontos de acesso das áreas violentas devem ser permanentes, apenas mudando locais e horários. Os portadores de armas ilegais devem ser vistos como agressores em potencial e suspeitos de cometimento de outros crimes e dessa forma conduzidos aos distritos para averiguação.

O papel da Polícia Civil. Como organização especializada em investigação, a Polícia Civil tem funções importantes nas etapas preventivas da redução de homicídios, como buscar, sem trégua, a prisão dos principais matadores e rastrear homicidas em potencial, incluindo a vigilância de comprovados agressores que estejam em regime de prisão aberta ou liberdade condicional e que residam ou circulem pela área. Mas especificamente

na redução das armas sua contribuição pode ser decisiva:

- Deve controlar um cadastro próprio sobre armas apreendidas, desde sua origem, seu destino e sua localização atual, portador e provável vendedor; inquérito ou processo em que esteja indiciado o portador por qualquer delito. O desaparecimento de armas em distritos deve ser rigorosamente investigado pela corregedoria (só a PM registra mais de 40 casos por ano);

- Nos casos mais suspeitos de envolvimento com crimes as armas devem passar por exame balístico, cujo resultado deve ser confrontado com o arquivo de resultados de exames resultantes de locais de crime. Equipar a polícia técnica para esse fim será vital;

- Em caso de apreensão de armas o portador deve ser verificado no cadastro criminal, fotografado e interrogado de acordo com um roteiro básico que permita levantar indícios de cometimento de crime, mas principalmente de quem e onde obteve a arma e quem está usando armas para cometer crimes. Pode-se até usar o expediente da polícia de Nova York, onde, para toda pessoa que chega ao plantão do distrito, não importa o tipo de crime em que possa estar envolvida, é perguntado: quem está vendendo ou traficando arma na cidade? (Ver artigo de Louis Anemone ao final desta edição.)

- Em todos os casos em que houver evidências sobre vendedores e contrabandistas de armas deve haver investigação em profundidade para sua detenção e buscar apoio da Polícia Federal;

- A atuação da investigação sigilosa também é muito importante para apreensão de armas e a prisão de quem as porta, através de ações de surpresa nos pontos suspeitos.

Os policiais que atuam de forma intensa na busca de armas e suspeitos estão entre os mais expostos ao perigo. Eles devem ser treinados cuidadosamente sobre técnicas seguras de abordagem e de reação, e organização de bloqueios e operações. Deverão ser equipados com coletes, armamento adequado e rádios portáteis, além de alertar sua supervisão e o centro de operações sobre suas atividades em áreas de maior risco.

5. Interação com a comunidade

A polícia deve buscar o apoio da comunidade, principalmente porque é a mais importante fonte de informação sobre crimes que foram ou estão para ser cometidos, criminosos, pontos de reunião

de delinqüentes e de tráfico de entorpecentes, vendedores de armas ilegais etc. Esse apoio vai depender de se conquistar a confiança da comunidade servida pela polícia local, pela eficiência na prisão dos bandidos que ameaçam a área, do tratamento respeitoso aos moradores, das facilidades para a entrega de denúncias anônimas e das possibilidades de oferecer proteção a testemunhas.

6. Providências adicionais

- Dada a excepcionalidade do programa, deverão ser disponibilizados efetivos adicionais através de drástica redução dos efetivos de unidades burocráticas e especializadas, além de recolhimento dos policiais formados nos últimos três anos que não estejam nas atividades operacionais, principalmente nas unidades territoriais. Unidades especializadas da PM (principalmente de choque) poderiam colocar mais da metade de seus efetivos à disposição dos comandos das áreas críticas. Unidades especializadas de ronda da Polícia Civil, como GARRA e GOE, poderiam ceder seus recursos para as equipes de investigação das seccionais prioritárias em problemas de homicídios. Essa situação seria oportuna para o Governo do Estado solicitar a cooperação de órgãos que contam com policiais (Tribunais, Assembléia, Câmara Municipal, etc) para que participem do esforço, liberando 30 a 50% dos policiais, de preferência os mais jovens;

- Deve ser desenvolvida a implantação de bancos de dados policiais informatizados em todos os distritos, bem como o treinamento dos policiais em análise dos dados para ajuste de suas atividades de policiamento e de investigação. Os bancos de dados devem ser aperfeiçoados para incluir conjunto de itens de identificação de suspeitos e de *modus operandi*.

- O Departamento de Narcóticos deve instalar

unidades para operar junto das delegacias seccionais em que haja maior evidência de ligações do tráfico com os homicídios.

- A perícia criminal deve se equipar para prestar a devida e oportuna assistência em todos os casos de homicídios, além de ajudar no treinamento dos policiais quanto aos cuidados que devem ter na preservação e recolhimento de evidências criminais que possam lhes competir. Também não se deve retardar o desenvolvimento da tecnologia de banco de dados a partir de DNA, em convênio com universidades e fundos de amparo à pesquisa, para colher poderosas provas não só de esclarecimento de autoria de crimes como também para se evitar a condenação de inocentes.

- As questões da capacitação dos chefes e da motivação dos recursos humanos devem ser tratadas com atenção, porque sem essas condições não há massa crítica suficiente para o sucesso. Designar os melhores quadros de chefes para as áreas mais difíceis, privilegiar o trabalho operacional das unidades territoriais para promoções e estabelecer gratificação operacional de risco aos policiais de rua, pode ajudar a motivação profissional hoje carente no policiamento territorial. E, por fim, o desempenho das unidades e de seus chefes deve ser avaliado no máximo a cada duas semanas, para se verificar a necessidade de apoio em recursos, análise e inteligência policial, definição de táticas operacionais, ajuste das atividades das duas polícias e até a troca de chefes. Mas o sucesso desse esforço dependerá fundamentalmente da crença das lideranças policiais de que resultados positivos podem ser alcançados apesar de todas as dificuldades. Essa crença deve ser traduzida em metas concretas, uma forma clara de compromisso profissional com a população servida pela polícia. Nossa polícia pode.

3. Como Nova York reduziu as armas ilegais

Louis Anemone

Armas de fogo são utilizadas em 59% dos homicídios em Nova York e 90% dos assassinatos em São Paulo. Uma estratégia de redução da posse e uso de armas de fogo ilegais levou ao declínio dos homicídios em Nova York nos anos 90.

De 1993 a 1998 os assassinatos na cidade de Nova York caíram 64% e os disparos de armas de fogo da polícia caíram mais de 66%! O número de balas disparadas caiu de 1.017 em 1995 para 526 em 1998. O número de pessoas baleadas pela polícia caiu de 70 em 1995, 26 delas fatalmente, para 62 em 1998, com 19 mortes [comparadas com 593 civis mortos pela polícia em São Paulo].

Tivemos a nossa dose de controvérsias em torno de tiroteios e encontros envolvendo a polícia neste período, mas a tendência geral tem sido positiva, apesar da natureza chocante de alguns desses encontros, especialmente o estupro, por policiais, de Abner Louima em uma delegacia do Brooklyn em 1998 e os 41 tiros, desferidos por membros da unidade de crime de rua do Bronx, que mataram Amadou Diallo, um imigrante africano desarmado, em 1999.

A redução dos disparos teve um impacto profundo na vida da cidade. O New York Times noticiou em 1998 que o Departamento de Saúde de Nova York planejava fechar alguns de seus centros de traumatologia, pois o número de vítimas de tiros nesses hospitais não era mais suficiente para ocupar os jovens médicos especializados em serviços de emergência.

Uma estratégia para se atingir esses resultados surgiu em **“Quatro passos para a redução do crime”**, elaborado por Jack Maple, que eram:

1. Inteligência precisa e oportuna comunicada claramente a todos.
2. Mobilização rápida das forças policiais.
3. Táticas eficazes.
4. Acompanhamento e avaliação implacáveis.

Desempenharam papéis decisivos as sessões de análise “Compstat” duas vezes por semana, o uso do acompanhamento computadorizado de dados de atividade criminosa local e o desenvolvimento de

ações para reduzir crimes e contravenções. Eis aqui os procedimentos básicos:

Crimes violentos são mapeados por computador. Começando com homicídios, tiros, assaltos, o computador e o mapa começam a traçar uma imagem, camada por camada, da violência na área estudada. Outras camadas do mapa computadorizado ajudam-nos a entender o bairro e seus problemas como, por exemplo, a localização dos centros de desintoxicação de drogados, casas de penhor, escolas, parques, conjuntos habitacionais, bancos, e a localização de detenções ligadas a narcóticos e ocorrências ligadas a drogas. Locais onde provas de balística similares foram encontradas também são mapeados. Esses mapas podem ser manipulados para revelar a atividade da semana, do último mês ou do ano.

Cada chefe local e do alto comando da polícia tem acesso aos mesmos dados. Dados mapeados, relatórios semanais de atividade criminosa, de encarceramentos e de intimações judiciais ajudam a focar as discussões nas reuniões de “Compstat”. Os chefes são questionados em profundidade sobre crime em geral e crimes específicos. Táticas e estratégias são desenvolvidas para atacar esses problemas e serão analisadas na próxima reunião. Esses encontros também são uma oportunidade para que os chefes questionem duramente qualquer aspecto das operações de patrulha, narcóticos ou de investigação em cada área. Atividades administrativas e de assessoramento são analisadas, assim como o envolvimento do comandante e seus subordinados com a comunidade local.

Como estamos lidando com estatísticas de problemas policiais, cada chefe precisa certificar que os números são precisos e compilados honestamente. Não se pode tolerar contabilidade falsificada ou descuidada. É preciso punir rapidamente exemplos desse tipo de fraude. O segundo aspecto ao se lidar com mapas e números de crime é que a polícia nunca deve esquecer que cada um desses números tem um nome, família e amigos profundamente afetados por cada ponto no mapa.

Louis Anemone foi chefe da Polícia de Nova York (1995-99), é membro do Instituto Fernand Braudel. Este artigo foi adaptado de sua palestra na nossa conferência internacional sobre Violência e Segurança Pública em São Paulo e Rio de Janeiro, em outubro de 1999.

Algumas das táticas operacionais que ajudaram a reduzir a violência na cidade de Nova York podem ser usadas em qualquer cidade.

1. Anistia de armas – A polícia anunciou um programa de anistia de armas que começaria em uma semana. Cidadãos e empresas de espírito público foram instados a doar fundos para pagamento em dinheiro ou para financiar certificados a ser convertidos em bônus de compra nos varejistas participantes da promoção. Através dos meios de comunicação de massa, o público foi informado que armas seriam aceitas nos postos de polícia, sem perguntas, durante o programa. As pessoas que entregavam armas podiam escolher entre pagamento em dinheiro e vales. O público também foi informado que ao final do programa a polícia conduziria um programa intensivo para prender aqueles ainda em posse de armas ilegais. O programa levou à entrega de mais de 10.000 armas ilegais em uma semana de 1994.

2. Testes balísticos – Para cada arma recuperada pela polícia, ligada ou não a uma prisão, foram feitas comparações balísticas com as provas dos casos em aberto. Cada cartucho e bala recuperados de uma cena de crime eram verificados pelo esquadrão de balística. Isto se fazia em Nova York com a ajuda do sistema integrado de informações balísticas do governo federal. Mais de 100 armas ou cartuchos foram emparelhadas com outras cenas de crime, fornecendo pistas valiosas para detetives.

3. Interrogatório de presos – Todos os presos na cidade de Nova York são questionados por detetives sobre vendas ou armazenamento ilegais de armas. Muitos criminosos falam. Mandados de busca são obtidos e armas de fogo apreendidas. Os presos podem revelar informação preciosa sobre outros crimes. Assim os detetives descobrem motivos, acham testemunhas e localizam infratores procurados por muitos crimes. O resultado de cada entrevista é visto por supervisores dos detetives para assegurar a qualidade do interrogatório.

4. Mapeamento computadorizado foi posto à disposição dos chefes de detetives. A representação visual ajudava a focar as estratégias e táticas nas áreas de problemas ou “pontos quentes”. Uma série de crimes violentos em uma pequena área resultava em um plano para atacar o problema. Quando havia armas envolvidas, um motivo subjacente era procurado no mapa. Foi uma guerra de traficantes de drogas? Havia bares na vizinhança? Havia uma guerra de gangues rivais? Táticas e estratégias específicas eram desenvolvidas. Presos eram questionados a procura de informação a respeito dos crimes locais. O processo se repetia até que se chegasse ao sucesso.

5. Comerciantes de armas de fogo – Uma licença federal é necessária para a venda de armas de fogo nos Estados Unidos. Acreditava-se que a maior parte das armas de fogo usadas em crimes fossem roubadas ou adquiridas no mercado negro. Com a cooperação dos agentes federais, conduzimos um estudo de um ano sobre as armas recuperadas ou usadas em cenas de crime. O estudo mostrou que 80% das armas usadas em crimes foram vendidas por comerciantes autorizados. Armadas com essa informação, equipes conjuntas de agentes federais e a polícia de Nova York visitaram esse comerciantes, examinando seus livros e fazendo perguntas. Resultado: 80% dos comerciantes visitados abriram mão de suas licenças voluntariamente no ano seguinte. Assassinatos e ferimentos de bala começaram a declinar. A parcela dos homicídios onde se usou arma de fogo caiu de 80% em 1993 (antes do início do programa) para 59% em 1999.

6. Unidade de elite de patrulha pró-ativa – Dos melhores policiais de patrulha, 400 foram designados para a unidade de crimes de rua, com o objetivo de apreender armas ilegais e prevenir crimes violentos. Estes policiais foram treinados para identificar dentro da lei e prender criminosos armados. Treinamento prático, tático e legal foi dado para que aqueles capturados pudessem ser levados à justiça com sucesso. Esta unidade, envolvendo 1% da força, foi responsável por 20% das apreensões de armas ilegais em 1998.

7. Postos de controle “te peguei” – Policiais foram instruídos a estabelecer pontos de controle em locais com um histórico de crimes e violência ligada a armas. Colocavam-se placas avisando do ponto de controle a frente. No entanto, tratavase apenas de um engodo, enquanto que o verdadeiro ponto de controle era montado numa rua lateral antes do engodo. Quando motoristas viam as placas e entravam na rua lateral, encontravam-se frente a frente com o ponto de controle verdadeiro – “te peguei”!

Conclusão

O objetivo dessas estratégias de prevenção é criar operações de polícia pró-ativas, afirmativas, que não violam as leis para executar sua missão. A prevenção do crime traz mais benefícios para a sociedade do que números crescentes de prisões sem planejamento ou reflexão prévia. Líderes policiais precisam vencer problemas comuns como baixos salários, moral baixa, efetivos insuficientes e sistemas de justiça criminal que frustram ao invés de facilitar os esforços da polícia. O trabalho da polícia é realmente muito duro. Mais duro ainda é o cidadão viver com medo de que ele ou sua família sejam vítimas da violência.